

Roubo e devastação na selva

NO SUL DO PARÁ, ÁRVORES DE MOGNO SÃO ABATIDAS ILEGALMENTE PARA GERAR FORTUNAS

PATRICIA FERRAZ

Compra-se por US\$ 60, vende-se por US\$ 1.500. O objeto em questão é uma árvore de mogno, tamanho médio — volume aproximado de 4m³ —, extraída da Floresta Amazônica, mais exatamente no sul do Pará. Depois de serrada, será vendida no mercado interno ou externo — e essa excepcional margem de lucro faz com que mais de 50% da extração seja produto de roubo ou derrubada ilegal. Segundo estimam os próprios madeireiros da região, de cada dez vendas de mogno, pelo menos cinco resultam de roubo. Raramente se consegue comprovar a origem da madeira extraída. As serrarias em geral não têm reservas e compram a madeira de "terceiros". Com isso, não há limites para a caça ao mogno: ela acontece nas reservas indígenas — na maioria das vezes com o consentimento dos índios, em áreas das reservas florestais obrigatórias de fazendas agropecuárias e algumas vezes em áreas autorizadas.

Teoricamente, a extração do mogno, por ser seletiva, não é predatória. Escolhe-se a árvore e derruba-se apenas ela, deixando o resto da floresta intacto. Mas na prática não é o que acontece. Para retirar as árvores selecionadas, os madeireiros rasgam a floresta com tratores e caminhões. Nos últimos dez anos, abriram cerca de 3 000 km de estradas ilegais na Amazônia que — entre outras sequelas — resultam na ocupação desordenada da floresta. A ocupação estimula novas derrubadas, atrai a atenção de novas serrarias, desemboca na especulação imobiliária e é um convite à predação indiscriminada. Retirar uma árvore de mogno implica corte das que a circundam num raio de 15 metros — espaço necessário para a derrubada e o corte das toras. Estudos do pesquisador Adalberto Veríssimo, do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), revelam que, para cada árvore de mogno retirada, são decepadas 28 de outras espécies.

Nos últimos cinco anos, intensificou-se a "corrida do mogno" no sul do Pará. Não há dados confiáveis. Estima-se que só para exportação, entre 1985 e 90, foram processados 1 milhão de metros cúbicos. Resultado: como o mogno não é encontrado em faixas contínuas da floresta, está cada vez mais difícil de ser retirado. E a devastação avança, floresta adentro.

Índios corrompidos

COM CARROS E AVIÕES

Hoje, as maiores concentrações de mogno se situam em reservas indígenas. E é delas que está sendo retirada ilegalmente a maior parte do mogno extraído no Estado do Pará. "Oitenta por cento vem daí", revela o CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), que desenvolve projetos com as comunidades indígenas. O dramático é que os próprios caciques consentem na retirada da madeira, seduzidos por presentes como aparelhos de som, carros e aviões. Mas, quando não há acordo, a sedução não resolve, os madeireiros acabam invadindo as reservas e roubando a madeira.

A mesma regra vale para os fazendeiros do sul do Pará. Ou aceitam "acordos" propostos pelos madeireiros ou o roubo se efetiva. Os madeireiros sobrevoam a floresta e detectam as manchas de mogno. Envia os "mateiros" que marcam as árvores selecionadas e então o grupo de invasores armados toma conta da área.

O número de fiscais do Ibama é insuficiente. Para controlar as extrações de todo o estado do Pará existem apenas 20 homens e 20 viaturas do Ibama e suas unidades estão implantadas em apenas 11 dos 128 municípios do Pará. Faltam fiscais, veículos, recursos e infra-estrutura para uma fiscalização adequada. A situação se agrava porque todo o mogno brasileiro, comercializado dentro e fora do país, é extraído de florestas nativas. As experiências de reflorestamento de mogno — reguladas pelo Código Florestal — não apresentam resultados satisfatórios. O mogno plantado é suscetível a inúmeras pragas, a regeneração é complicada e, mesmo que o problema das pragas seja superado, uma árvore de mogno leva 40 anos para atingir a maturidade e poder ser cortada. O manejo sustentado de mogno — também exigido por lei nas grandes propriedades da Amazônia — não apresentam bons resultados, na opinião dos especialistas.



Comércio de madeira na Amazônia: mais da metade das transações são feitas com árvores roubadas.

Entidades pedem fim do corte da árvore

Ambientalistas lançam hoje uma campanha nacional contra a exploração predatória do mogno na Amazônia. Através de um manifesto, que será apresentado na sede da OAB de Brasília, representantes de 20 entidades ligadas ao meio ambiente vão pressionar os órgãos federais a proibirem temporariamente a extração do mogno da região amazônica.

Eles pretendem exigir que o governo federal faça uma avaliação dos danos ambientais causados até agora pela atividade madeireira, antes de autorizar novas extrações.

Comparando a exploração do mogno ao processo de extração que levou à extinção do pau-brasil no primeiro século de colonização do país, o documento denuncia a extração ilegal da madeira nas áreas protegidas da floresta, nas reservas extrativistas, e nas reservas indígenas. E pede providências às autoridades.

O manifesto foi elaborado a partir do resultado de dois dossiês. O primeiro, realizado em conjunto pelo CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — e pelo Greenpeace. O relatório aponta os prejuízos culturais e financeiros da exploração ilegal do mogno nas reservas indígenas "em alguns casos através de contratos elaborados com a conivência dos próprios órgãos encarregados da fiscalização", acusa o documento. O segundo dossiê foi feito por um grupo de pesquisadores, a partir de um pedido da As-

sociação de Exportadores de Madeira do Pará.

O manifesto leva a assinatura de várias entidades brasileiras ligadas à defesa do meio ambiente e à causa indígena e até do grupo pacifista Greenpeace — entre muitos outros. Os ambientalistas esperam que a campanha contra a exploração do mogno na Amazônia desperte a atenção de grupos internacionais, principalmente nos países importadores de mogno, como Inglaterra e Estados Unidos. Eles só não querem que o manifesto fique apenas no papel.

PREVISÃO

INDICA FUTURO

RUIM

Mais destruição

A pior fase da destruição da Floresta Amazônica ainda está por vir. É o que indicam as previsões de ambientalistas e especialistas do mercado nacional e internacional de madeira. Até agora, foi devastada uma área semelhante ao Estado de São Paulo, mas as pressões são cada vez maiores. As reservas do sudeste da Ásia — responsável por 80% do abastecimento mundial de madeiras tropicais — vão se esgotar nos próximos dez anos, em função da exploração predatória. Resultado: a atenção do mercado se volta para a Amazônia. A madeira brasileira mais valorizada é o mogno — o Brasil já é o seu maior exportador mundial. Mas o mercado começa a ter interesse também por outras espécies — jatobá, virola, ipê, angelim e mesmo madeiras brancas, de qualidade inferior. De olhos gulosos, os japoneses — que são os maiores importadores mundiais de madeiras tropicais — tentaram até financiar a construção de uma estrada, ligando a Amazônia ao Pacífico, para facilitar o escoamento. A idéia não vingou.

A ameaça ronda a floresta por todos os lados, e aí se inclui até mesmo uma possível retomada do desenvolvimento econômico. Alguns madeireiros dizem que a recessão fez cair em 60% a produção de madeira para o mercado interno, nos últimos anos. Então, ao primeiro sinal de aquecimento, a demanda voltará a crescer. E o mais grave é que, apesar da queda, o déficit continua: extrai-se muito mais do que se refloresta.

Cerca de 90% da madeira que abastece o mercado interno é proveniente da Amazônia — com exceção dos eucaliptos e pinus de reflorestamento. O principal fornecedor é o sul do Pará, que também responde por 60% das exportações brasileiras de mogno. Estima-se que existam cerca de 8 mil madeiras no Brasil e pelo menos 4 500 estejam instaladas no sul do Pará. Pelo menos a metade das madeiras de pequeno e médio porte instaladas no sul do Pará são clandestinas.

A existência de empresas clandestinas em grande quantidade — além de reduzir a arrecadação — dificulta a obtenção de dados confiáveis sobre a produção e exportação de madeira. A falta de controle e fiscalização, a facilidade de falsificação das antigas guias e dos atuais carimbos do Ibama e as frequentes acusações de corrupção dos funcionários de órgãos públicos federais também impedem que se tenha o quadro exato da situação.

Para o norte

DESDE OS ANOS 60

As grandes madeiras instaladas no sul do Pará são, em geral, empresas fundadas durante as décadas de 60 e 70, num ponto diametralmente oposto, ou seja, na região sul do país. Com o esgotamento da madeira naquela região, as empresas foram se deslocando em direção ao norte até chegarem à Amazônia no fim da década de 70. Os madeireiros alegam que seguem o rastro das grandes fazendas agropecuárias — que consideram o verdadeiro agente de devastação, porque derrubam árvores para implantar pastagens.

De fato, na região amazônica as fazendas promoveram enormes devastações, incentivadas pelo extinto INCRA que, para conceder a posse da terra, exigia a comprovação da realização de "beneficências". Em outras palavras, era preciso substituir mata nativa por pastagens.

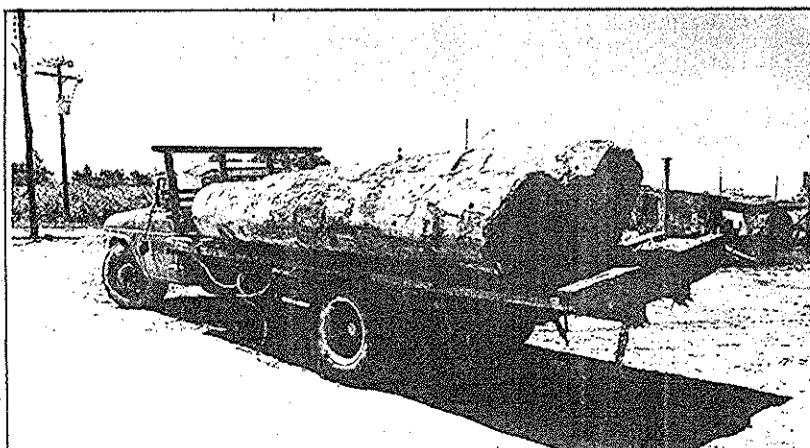
Os fazendeiros defendem-se alegando que mantêm reservas de mata nativa em 50% da área total da propriedade, conforme determina o código florestal. E acusam: quem devasta a Amazônia são os madeireiros, envolvidos em corrupção e roubo de madeira. Diante desse jogo de empurra, o fato é que desde a década de 60 fazendeiros e madeireiros fizeram a migração pelo país, deixando para trás um rastro de devastação.

NÃO BASTA APENAS MULTAR

Ministro do meio ambiente pretende educar a população amazônica

O pesquisador Philip Fearnside, do Instituto de Pesquisa da Amazônia, atribui a redução das queimadas da Amazônia — registrada nos últimos anos — à crise econômica. Ele afirma que, sem dinheiro para investir, os empresários estão reduzindo os estoques de madeira e deixando de abrir novas áreas de pastagem. Ele acha que o governo deve aproveitar a "trégua" para estabelecer mecanismos mais eficientes no controle dos desmatamentos. A declaração foi feita durante um seminário sobre meio ambiente e desenvolvimento da Amazônia, promovido pela Campanha Nacional de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia.

Em visita ao INPE (Instituto



Madeireiros: 3 mil km de estradas ilegais no Pará

de Pesquisas Espaciais) o ministro de meio ambiente, Fernando Coutinho Jorge, reconheceu que apenas a legislação

proibindo as queimadas na Amazônia é insuficiente no combate ao problema. "É preciso ter uma estratégia política".

disse. Segundo o ministro é necessário fornecer ao pequeno e médio produtor da região amazônica alternativas tecnológicas para o preparo do solo, estimulando-o a abandonar as queimadas. "Ele precisa perceber que está prejudicando seu próprio solo, a Amazônia e o seu futuro", analisou. Na opinião do ministro "não basta multar, é preciso controlar e educar".

O Ministério do Meio Ambiente pretende montar um programa de atuação na Amazônia — até agosto de 93 — com a cooperação das entidades ambientais, estatais, civis e a utilização de aparato tecnológico avançado para tentar controlar a devastação da região.